



EDUARDO GÓES NEVES

SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO

OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL

EDUARDO GÓES NEVES

SOB OS TEMPOS DO EQUINÓCIO

OITO MIL ANOS DE HISTÓRIA NA AMAZÔNIA CENTRAL

Ao lado disso, compreende-se como, por uma tendência compensatória para aquele excessivo crédito que, durante longo tempo, obtivera a doutrina de que os lugares cortados pela equinocial não de repelir os viventes de boa compleição ou, quando menos, os seres humanos, sucedesse o pendor invencível e não menos exagerado, para só distinguir em tais lugares o que eles pudessem oferecer de salutar e aprazível.

— SERGIO BUARQUE DE HOLANDA, *Visão do paraíso*, 1959

*[...] O vaso encerra o cheiro
e os ritmos da terra e da semente
porque antes de ser forma foi primeiro
humildade de barro paciente.*

— BRUNO TOLENTINO, "Nihil obstat", 1985

Meu respeito pela história, o gosto que tenho por ela, provêm do sentimento que ela me dá de que nenhuma construção do espírito pode substituir a maneira imprevisível como as coisas realmente aconteceram.

— CLAUDE LÉVI-STRAUSS, *De perto e de longe*, 1990

Pro Daina, com todo meu amor.

13 INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

27 O FAZER ARQUEOLÓGICO: MATERIAIS,
MÉTODOS, PRÁTICAS E CONCEITOS

CAPÍTULO 2

53 O COMEÇO: AS PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS
DA PRESENÇA INDÍGENA

CAPÍTULO 3

89 PAISAGENS EM CONSTRUÇÃO:
A NATUREZA TRANSFORMADA

CAPÍTULO 4

113 MONTÍCULOS, TERRAS PRETAS E CEMITÉRIOS

CAPÍTULO 5

149 GUERRA E PAZ NA VIRADA DO MILÊNIO

CONCLUSÃO

179 POR UMA HISTÓRIA ANTIGA
DOS POVOS INDÍGENAS

193 AGRADECIMENTOS

197 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

217 ÍNDICE DE MAPAS E FIGURAS

220 SOBRE O AUTOR

particular. Nas outras áreas de ocupação polícroma mais antiga, como na Amazônia central, o médio Solimões e o baixo Madeira, por exemplo, as características de fronteira robusta haviam desaparecido muitos séculos antes do início da colonização, o que explica a emergência das diferenças linguísticas anotadas pelos viajantes dos séculos XVI e XVII EC. Nesse sentido, tais formações deveriam ter o mesmo caráter multiétnico e multilinguístico, como tantas outras da Amazônia antiga nos últimos séculos que antecederam a chegada dos europeus.

A argumentação aqui apresentada visa mostrar que é falsa a dicotomia rígida que opõe arqueólogas e arqueólogos que aceitam a possibilidade de correlações entre línguas e o registro arqueológico a arqueólogos e arqueólogos que a rejeitam. Para escapar desse beco sem saída conceitual, há que se considerar o contexto no qual tais correlações podem ter se desenvolvido e testar a plausibilidade da hipótese com outras fontes de informações – contextuais, ambientais, geográficas, culturais, políticas –, e não apenas a dimensão fria e estática dos objetos que jazem sob o solo.

A AMAZÔNIA SOB O SIGNO DA INCOMPLETUDE

Há mais de um século, no texto “Terra sem história”, escrito após sua viagem ao alto rio Purus, enquanto trabalhava na comissão de limites entre o Brasil e o Peru, Euclides da Cunha ([1909] 2019) produziu um relato que é representativo de uma certa concepção – ainda entranhada – sobre a história dos povos da Amazônia. Sobre a Amazônia e seus habitantes, dizia Euclides:

Destarte a natureza é portentosa, mas incompleta. É uma construção estupenda a que falta toda a decoração interior. Compreende-se bem isto: a Amazônia é talvez a terra mais nova do mundo [...]. Nasceu da última convulsão geogênica que sublevoou os Andes, e mal ultimou o seu processo evolutivo com as várzeas quaternárias que se estão formando e lhe preponderam na topografia instável. // Tem tudo e falta-lhe tudo, porque lhe falta esse encadeamento de fenômenos desdobrados num ritmo vigoroso, de onde ressaltam, nítidas, as verdades da arte e da ciência [...].

O texto de Euclides é sintomático dessa concepção que, por falta de denominação melhor, decidi chamar de “princípio da incompletude”: uma forma persistente de anacronismo no tratamento da história da ocupação humana da Amazônia. Tal concepção subjaz não apenas à postura com relação ao passado mas também à maneira como são tratados a Amazônia e seus povos na discussão contemporânea – sobre políticas públicas, por exemplo.

Do texto de Euclides depreende-se a essência básica do princípio da incompletude. A ideia de que algo sempre faltou à Amazônia e seus povos: a agricultura, o Estado, a história, as cidades, a escrita, a ordem e o progresso. (No caso particular de Euclides, falta até “ordem geológica”). Normalmente, os textos produzidos com base no princípio da incompletude vêm recheados com argumentos de ausência, de escassez, de falta. Apesar de representativo para o contexto amazônico, esse princípio vale também para discussões mais amplas sobre os povos indígenas das terras baixas sul-americanas, antes e depois do início da colonização europeia. É, assim, notável como, desde o século XVI, o uso da preposição “sem” tem sido utilizado com frequência para designar os povos e a natureza aqui encontrados pelos europeus, como na clássica formulação de Pero de Magalhães Gândavo sobre os Tupinambá: povos “sem fé, sem lei, sem rei”.

No século XIX, a arqueologia e a antropologia social estavam se constituindo como disciplinas e, assim, a separação entre as dimensões de suas práticas ainda não estava bem definida. Foi a partir dessa época que o princípio da incompletude penetrou o discurso da ciência para os povos amazônicos, com a publicação de obras de Alexander von Humboldt e de Carl von Martius, cuja influência, em hora silenciosa, é ainda forte. Noelli e Ferreira (2007) denominaram esse movimento de ideias como “teoria do degeneracionismo”. Para Humboldt e para von Martius, um dos elementos indicadores do estado de degeneracionismo dos povos indígenas das terras baixas sul-americanas seria a variedade de línguas indígenas ali faladas. Nas palavras de von Martius, em seu texto “O estado do direito entre os autóctones do Brasil”: “Milênios sem resultado passaram por esta humanidade e o único testemunho de sua alta antiguidade é exatamente esta completa dissolução, esta fragmentação total de tudo quanto estamos acostumados a saudar, como energia vital de um povo, representado aí pela ruína absoluta”.

Os princípios da incompletude e do degeneracionismo foram definitivamente incorporados à arqueologia da Amazônia a partir de meados do século XX, com a organização do *Handbook of South American Indians* por Julian Steward, no qual se formalizou a divisão do continente sul-americano em quatro grandes áreas culturais que corresponderiam também a estágios evolutivos. Nessa divisão, caberia aos Andes centrais o papel de centro de inovações culturais, enquanto às outras áreas restaria o de recipiente dessas inovações, cuja capacidade de aceitação estaria associada a condições ambientais locais.

Essa imagem foi formada pelos primeiros cientistas europeus que viajaram pela região, a partir do século XVIII, e relataram atravessar áreas onde havia sinais muito escassos de ocupação humana, sendo reafirmada ao longo do século XIX e no início do século XX por antropólogos e naturalistas. O problema, no entanto, é que os poucos relatos disponíveis sobre a Amazônia, produzidos por espanhóis e portugueses nos séculos XVI e XVII, são totalmente contrastantes: falam de grandes assentamentos, com milhares de pessoas, localizados ao largo do Amazonas e de seus principais afluentes. Do mesmo modo, já no fim do século XIX, as primeiras pesquisas arqueológicas realizadas na foz do rio Amazonas e em partes da Amazônia central pareciam corroborar os relatos dos primeiros conquistadores.

Como explicar as diferenças entre essas distintas fontes de informação? O fato é que os povos indígenas do Novo Mundo, incluindo os da Amazônia, tinham baixa imunidade contra muitas das doenças infecciosas, zoonoses, trazidas pelos europeus, cuja rápida disseminação levou ao desaparecimento de grupos que não tinham entrado em contato com o homem branco. Além do mais, ao contrário de outras partes do Novo Mundo, como os Andes e a Mesoamérica, afloramentos rochosos são relativamente raros na Amazônia, principalmente ao longo das planícies aluviais do rio Amazonas e seus principais afluentes. Assim, o solo

foi a principal matéria-prima utilizada pelos povos antigos da Amazônia para erguer as estruturas de suas construções, seus canais de irrigação, seus locais de culto religioso. É muito difícil, para os olhos de quem não é treinado, diferenciar estruturas artificiais construídas com solo – por exemplo, aterros – de formações naturais. Essa dificuldade aumenta ainda mais se tais estruturas estiverem recobertas por floresta.

Arqueólogas e arqueólogos que trabalham na Amazônia sabem que o quadro construído por cientistas pioneiros desde o século XVIII até meados do século XX resulta dessa combinação de fatores: populações locais exterminadas pela propagação de doenças e pela guerra nos séculos XVI e XVII, crescimento da floresta sobre áreas previamente habitadas, nos séculos XVII e XVIII, encobrindo estruturas de terra e outros sinais de presença humana, e, para culminar, o ciclo da borracha no fim do século XIX e início do XX, uma época extremamente penosa para os povos indígenas da Amazônia, que em muitos casos foram utilizados como mão de obra escrava, quando não eram mortos. Era, portanto, natural que alguns desses povos adotassem o modo de vida nômade e disperso pela floresta, descrito pelos cientistas da época. Este parece ter sido uma adaptação mais às condições históricas do momento que às condições ecológicas da Amazônia.

Desde a virada do milênio tem ocorrido uma revisão radical desse quadro ortodoxo de conhecimento. Praticamente em qualquer área da Amazônia onde há pesquisas, a arqueologia vem encontrando evidências de ocupações humanas no passado, mesmo em locais hoje cobertos por floresta aparentemente virgem. Atualmente sabemos que a Amazônia é habitada há pelo menos 12 mil anos, há tanto tempo quanto em outras partes das Américas, por diferentes povos, com distintas formas de organização social e política, desde bandos nômades de caçadores-coletores até sociedades sedentárias hierarquizadas que produziram objetos de pedra e cerâmica extrema-

mente refinados, hoje guardados em museus nas Américas e na Europa.

Os dados da Amazônia central aqui apresentados e discutidos já permitem que se faça uma espécie de revisão dessa revisão, bem como uma breve análise de alguns de seus dilemas, para que a arqueologia possa oferecer uma contribuição teórica à antropologia das terras baixas. Destacarei alguns aspectos que considero pertinentes à discussão.

O primeiro deles diz respeito à antiguidade da história indígena. Graças aos trabalhos de Miller, Roosevelt, Magalhães, Morcote-Ríos, entre outros, sabe-se hoje que a presença humana na Amazônia remonta ao fim do Pleistoceno e início do Holoceno. Isso quer dizer que ela é tão antiga quanto em outras partes do continente americano e que, sobretudo, as áreas tropicais úmidas não constituíram uma barreira à ocupação humana por grupos caçadores-coletores, conforme proposto por Headland e Bailey nos anos 1990. Assim, no início do Holoceno, diferentes partes da bacia amazônica – Carajás, médio Caquetá, rio Guaviare, savanas guianenses, Amazônia central, região de Santarém, alto Madeira – já eram ocupadas e, o que é mais interessante, sem a prevalência de uma única tradição cultural, conforme se pode observar pela diversidade das tecnologias de pedra lascada. Tal padrão fundador, a meu ver, constitui de saída a característica mais marcante da antropologia amazônica: a diversidade cultural, caracterizada, por exemplo, pela grande quantidade de famílias linguísticas – com diferentes áreas de dispersão – e de línguas isoladas ali representadas. Note-se, no entanto, que em algumas partes da Amazônia com sinais de ocupações antigas verificam-se também hiatos nas sequências cronológicas locais durante o Holoceno Médio. Tais hiatos podem ser interpretados como resultado da adoção de estratégias econômicas que deixaram menor visibilidade no registro arqueológico.

Outra inovação importante diz respeito à identificação de contextos de produção de cerâmicas antigas no baixo Amazonas, no litoral do Pará, no médio Guaporé e na bacia do rio Marañon, na alta Amazônia equatoriana. Tais cerâmicas, com datas que chegam a cerca de 7 mil anos no sambaqui fluvial de Taperinha, perto de Santarém, e a 5500 anos nos sambaquis do litoral paraense, estão entre as mais antigas do continente americano, mais antigas certamente que as mais antigas cerâmicas das terras altas, atestando que a Amazônia foi um centro independente de inovação cultural no passado. Não parece casual que, à semelhança da produção de artefatos líticos, a produção de vasos cerâmicos também tenha sido aparentemente abandonada e retomada após apenas alguns milênios – ao que tudo indica no caso da região de Santarém. Também no caso da produção antiga de cerâmicas, nota-se desde cedo a manifestação de diferenças culturais acentuadas, uma vez que os artefatos do litoral do Pará, do baixo Amazonas e do médio Guaporé parecem ser bem distintos uns dos outros. O tamanho relativamente pequeno desses vasos antigos indica também que a função dessas primeiras cerâmicas era mais de servir líquidos, provavelmente bebidas fermentadas, que de processamento e armazenamento de comida.

Um dos temas que mais têm atraído a atenção de arqueólogos e arqueólogos, e de cientistas de outras áreas, é o estudo da chamada terra preta. A presença desse tipo de solo antrópico traz uma forte evidência de que as populações antigas da Amazônia modificaram as condições naturais dos locais onde viviam, invalidando, portanto, os princípios do determinismo ambiental. Nessa perspectiva, terras pretas teriam sido criadas deliberadamente com o objetivo de aprimorar a qualidade dos solos em geral pobres da Amazônia. O que se vê, no entanto, é que a esmagadora maioria dos sítios de terra preta já escavados não eram locais de roça, e sim de habitação. Na Amazônia central, tais solos foram inclusive “desperdiçados” e usados na cons-

trução de estruturas artificiais como montículos habitacionais. Ainda na Amazônia central, terras pretas se formaram também em áreas da várzea do rio Solimões, locais onde os solos já são naturalmente férteis e não necessitam de aprimoramento. Essas evidências mostram que as terras pretas não foram necessariamente uma solução para um problema adaptativo dos povos amazônicos antigos, mas simplesmente o correlato arqueológico do estabelecimento da vida sedentária pela região, já que a formação desses solos se intensificou há 2 mil anos, época a partir da qual são mais visíveis modificações paisagísticas como construção de canais, valas, aterros e também o surgimento de grandes aldeias ou mesmo cidades.

Estudos com macro e microvestígios de plantas feitos em sítios localizados em diferentes partes da Amazônia têm trazido também informações valiosas. As pesquisas mostram, como era de se esperar, que as práticas agroecológicas dos povos antigos da Amazônia eram marcadas pela diversificação, com a presença de numerosos cultivares. É forçoso reconhecer, como já o fez Denevan (1992), que o padrão “clássico” da agricultura de floresta tropical, definido na literatura de meados do século XX como sendo baseado no cultivo itinerante de roças de toco ou de coivara, com uma importante especialização na mandioca, seja resultado das mudanças impulsionadas pela colonização europeia: a adoção dos machados de metal garantiu o aumento da itinerância, ao mesmo tempo que o cultivo da mandioca se tornou mais disseminado. Surpreendente também nesses estudos é a quantidade de plantas não domesticadas, principalmente palmeiras e outras espécies de árvores, presentes no repertório desses sítios.

Na ilha de Marajó, caso ainda mais radical, não há, ao menos até o momento, qualquer evidência de agricultura associada aos construtores de aterros que ocuparam a área durante o primeiro milênio EC. Arqueólogos e arqueólogos têm uma dificuldade

imensa em tratar de casos como esse, uma herança do pensamento evolucionista, e a consequência é a proliferação de termos deselegantes como “horticultores incipientes” ou “estágios intermediários”. É curioso notar, no entanto, que, no caso da Amazônia antiga, a incipiência e o intermediário parecem ter sido o estado natural das coisas, e não um caminho para algo que acabou não acontecendo.

Gostaria de mencionar agora, brevemente, um último aspecto da discussão: a dimensão política. Nós, arqueólogos e arqueólogos, passamos algumas décadas tentando mostrar que havia sociedades hierarquizadas na Amazônia. Nesse ponto, creio que fomos bem-sucedidos. Há hoje bons exemplos de conjuntos de sítios arqueológicos no alto Xingu, Marajó, Santarém, Amazônia central e Bolívia que indicam a presença de sociedades sedentárias, formas claras de modificação da paisagem e algum tipo de hierarquia associada à mobilização de mão de obra para construção de estruturas monumentais. Tais exemplos desafiam, a meu ver, a etnologia das terras baixas a incorporar dados arqueológicos na formulação de hipóteses sobre as políticas ameríndias, já que não há exemplos etnográficos comparáveis. Quando estudadas, no entanto, numa perspectiva de história de longo prazo como a aqui proposta, verifica-se que essas formações sociais hierarquizadas e centralizadas tinham uma tendência à fragmentação, à dissolução, mesmo antes da conquista europeia, sendo exemplo histórico de processos de recusa ao Estado propostos por Pierre Clastres ([1974] 2017).

Talvez a lição mais importante trazida pela arqueologia amazônica nas últimas décadas tenha sido mostrar que não existe na região nenhuma barreira natural à ocupação humana, à inovação, à invenção. Ao contrário, se fizermos uma história comparativa dos povos ameríndios, verificaremos que algumas das plantas mais importantes domesticadas no Novo Mundo o foram na Amazônia ou em suas adjacências nas terras baixas. O

mesmo vale para a cerâmica, como já vimos. Solos de terra preta indicam a capacidade de modificação da paisagem, e a presença de sítios de grande porte interligados por redes de estradas mostram que houve períodos de adensamento demográfico com algum tipo de hierarquia. A arqueologia nos revela hoje que nada era impeditivo na Amazônia.

Faltou, no entanto, “combinar com os russos”. Os “russos”, nesse caso, são os povos antigos da Amazônia que fizeram artefatos de pedra lascada e depois pararam de produzi-los, inventaram a cerâmica e depois deixaram de fabricá-la, criaram solos férteis, como a terra preta, mas não tiravam deles todo seu sustento, domesticaram plantas, mas em muitos casos não quiseram ser agricultores, vislumbraram a possibilidade do Estado, mas dela fugiram sempre que puderam. Na Amazônia central, ao longo dos séculos, a arqueologia mostra uma longa história de alternância entre formas de vida bastante distintas, mas nunca, necessariamente, em direção ao Estado, mesmo nos contextos de densidade demográfica maior.

Neste ponto, gostaria de voltar ao princípio da incompletude. Tal ideia está baseada em premissas de escassez, de que algo essencial está sempre faltando, mas talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos. Clastres ([1974] 2003) e Sahlins (1972) já mostraram há décadas que o Estado ou a adoção da agricultura, quando pensados a partir da perspectiva do indivíduo, são um péssimo negócio. Talvez esteja na hora de virar o quadro de cabeça para baixo e trabalhar com a premissa de que a abundância, e não a escassez, é o ponto de partida para uma reflexão sobre a história antiga da Amazônia. Nesse quadro, não faz mesmo o menor sentido pensar em acumulação, obrigação ou compulsoriedade, principalmente no longo prazo.

Do mesmo modo, embora a colonização europeia tenha causado um impacto violento nos modos de vida antigos dos

povos indígenas das terras baixas, incluindo a diminuição populacional, os padrões de organização social e política das sociedades indígenas contemporâneas têm raízes profundas e são resultantes históricas de eventos marcados por conflito, aliança, fuga ou abandono ocorridos antes e depois da conquista. Para uma compreensão mais ampla desses processos, é importante entender como se organizavam e articulavam politicamente os povos indígenas amazônicos nos séculos anteriores ao início da colonização europeia, tarefa essa essencialmente arqueológica.

No século XVI EC, enquanto as produtoras de cerâmicas policromas que ocupavam a calha do Solimões estabeleciam seus primeiros contatos com os europeus, o filósofo gascão Étienne de la Boétie redigiu seu *Discurso da servidão voluntária* ([1574] 1982). Nesse texto, La Boétie se pergunta: “Como pode ser que tantos homens, tantos burgos, tantas cidades, tantas nações suportam às vezes um tirano só, que tem apenas o poderio que lhes dão?” (Ibid.: 12). Creio que essa seja uma das questões mais importantes que a arqueologia, não só na Amazônia, pode ajudar a entender. Por que, após dezenas de milhares de anos vivendo como caçadores-coletores, as sociedades humanas abriram mão de sua liberdade em prol da agricultura e do Estado? Os povos antigos da Amazônia central escaparam desse desígnio, desenvolvendo maneiras engenhosas de vida no bosque tropical. Essa é uma lição que vale a pena ser aprendida, nem que seja por seu valor ético.